

21. Serviços de Terceiros		
Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(20.653.155)	(17.724.139)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.792.924)	(2.087.635)
	(23.446.079)	(19.811.774)
22. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.		
23. Drogas Materiais e Medicamentos		
Descrição	2.021	2.020
Dietas enteral e parenteral	(624.956)	(441.147)
Medicamentos	(5.071.507)	(2.176.550)
Órtese e prótese	(449.289)	(608.214)
Materiais de laboratório	(806.841)	(629.130)
Materiais hospitalares de consumo	(5.328.847)	(3.075.821)
Materiais de banco de sangue/		
agência transfusional	(39.291)	(35.573)
Gases medicinais	(652.346)	(447.305)
Gêneros alimentícios	(1.168.734)	(1.100.708)
Materiais de limpeza e lavanderia	(682.834)	(578.443)
Materiais de manutenção e reposição	(781.541)	(713.337)
Filmes radiológicos	(126.453)	(95.842)
Materiais para hemodiálise	(526.025)	(311.150)
Fios cirúrgicos	(33.946)	(27.369)
Materiais de expedientes e impressos	(305.141)	(231.792)
Uniformes e enxovais	(214.243)	(92.986)
Outros	(580.129)	(319.700)
	(17.392.123)	(10.595.067)
24. Despesas Gerais e Administrativas		
Descrição	2.021	2.020
Energia elétrica, água, gás, telefone e internet	(1.557.813)	(1.173.447)
Manutenções em gerais	(1.416.168)	(1.621.789)
Locações	(177.712)	(160.774)
Segurança patrimonial	(89.225)	(92.011)
Viagens e estadias	(97.413)	(73.947)
Software	(349.560)	(433.733)
Condução - taxis - estacionamento, frentes e carretos	(62.191)	(60.389)
Copa - lanches e refeições	(7.268)	(5.306)
Outras	(76.601)	(96.194)
	(3.833.951)	(3.717.590)
25. DESPESAS FINANCEIRAS		
Descrição	2.021	2.020
Despesas bancárias	(123.763)	(36.335)
Juros	(148.418)	(180.423)
Multas	(79.418)	(24.462)
	(351.599)	(241.220)
26. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		
Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.565	23.852
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	2.128.202	2.261.346
Partes relacionadas a receber	28.789.886	10.510.160
Total	30.920.653	12.795.358
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.764.110	1.191.099
Honorários médicos	-	1.310.465
Partes relacionadas a pagar	2.185.672	4.061.237
Total	5.260.247	5.252.336
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.		
27. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julga-		

Dom Carmo João Rhoden - Presidente • **Pe. Carlos Fritzen** - Diretor Corporativo Administrativo
Valdemir Fernille Girato - Diretor Hospitalar • **Benjamin Ferreira de Sousa Neto** - Diretor Administrativo Financeiro do Hospital
Othilio Garcia Praia Junior - Contador do Hospital - CRC: 1PA020.240/O-3 • **David Martins Ferreira** - Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".